

Artigos

Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza

Conceptions of economic development and the understanding of the role of tourism in poverty reduction

Las concepciones de desarrollo económico y la comprensión del papel del turismo en reducción de la pobreza

Guilherme Augusto Pereira Malta¹; Solano de Souza Braga²; Maria Flávia Pires Barbosa¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil.

² Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Campus Ministro Reis Velloso, Parnaíba, PI, Brasil.

Palavras-chave:

Desenvolvimento econômico;
Pobreza;
Turismo.

Resumo

O presente artigo busca evidenciar o contexto que possibilitou a conformação de uma visão que atribui ao turismo a capacidade de reduzir a pobreza, amplamente utilizada pelas principais instituições multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial; OIT; OMT; ONU-PNUD) em âmbito internacional. Para tanto, a pesquisa busca respostas na compreensão de desenvolvimento econômico por meio de duas linhas analíticas principais: a corrente neoliberal e seu contraponto, a corrente "crítica" de desenvolvimento. São utilizados principais traços de ambas as perspectivas, buscou-se discutir a contribuição de cada linha para entender aspectos positivos e negativos da corrente que associa ao turismo a capacidade de combater a pobreza. Paralelamente, foram apresentados, de forma sintética, como cada instituição compreende a pobreza, suas causas e o papel do turismo para contribuir em sua redução. O objetivo consistiu, assim, em conferir conteúdo crítico a temática e suscitar novas discussões em um cenário ainda atual e de grande relevância para o campo epistemológico e empírico do turismo.

Keywords:

Economic development;
Poverty;
Tourism.

Abstract

This paper aims to highlight the context that made possible the conformation of a view that assigns to tourism the ability to reduce poverty, widely used by major multilateral international development institutions (World Bank, ILO, UNWTO, UN-UNDP). To this end, this research sought answers in understanding economic development through two main analytical lines of thought: the neoliberal current and its counterpoint, the "critical" current of development. Using the main features of both perspectives, we attempted to discuss the contribution of each line of thought to understand positive and negative aspects of the current that associates tourism with the ability to fight poverty. At the same time, it was briefly presented how each institution understands poverty, its causes and the role of tourism to contribute to its reduction. The objective of the research was therefore to confer critical content on the subject and raise new discussions in an even current scenario of great relevance to the epistemological and empirical field of tourism.

Palabras clave:

Desarrollo económico;
Pobreza;
Turismo.

Revisado por pares.

Recebido em: 12/09/2018.

Aprovado em: 22/11/2018.

**Resumen**

En este artículo se pretende mostrar el contexto que permitió la conformación de una visión que se otorga al turismo la capacidad de reducir la pobreza, ampliamente utilizado por las principales instituciones multilaterales de desarrollo (Banco Mundial, la OIT, la OMT, ONU-PNUD) a nivel internacional. Por lo tanto, buscamos respuestas para entender el desarrollo económico a través de dos líneas principales de análisis: la corriente neoliberal y su contrapunto, la línea de pensamiento "crítica" de desarrollo. El uso de las principales características de ambas perspectivas, se intentó analizar la contribución de cada línea para entender los aspectos positivos y negativos de los vínculos actuales con el turismo la capacidad para combatir la pobreza. Al mismo tiempo, se presentan, de manera resumida, la forma en que cada institución entiende la pobreza, sus causas y el papel del turismo para contribuir a su reducción. Se intentó, por lo tanto, dar un contenido crítico a lo tema y crear nuevas discusiones en un escenario aún actual y de gran relevancia para el campo epistemológico y empírico de turismo.

Como citar: Malta, G. A. P.; Braga, S. S.; Barbosa, M. F. P. (2019). *Concepções de desenvolvimento econômico e a compreensão do papel do turismo na redução da pobreza*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 13 (2), p. 16-31, maio/ago. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i2.1513>

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, dada a importância de se buscar alternativas para o alcance da redução da pobreza, o turismo surge como atividade econômica com grandes possibilidades de desenvolvimento econômico para os países ditos "atrasados" (Pérez, Medina-Muñoz & Medina-Muñoz, 2014). Em decorrência do recente interesse dos governos e dos profissionais das ciências sociais, observa-se um aumento significativo da investigação acadêmica que se volta para os temas desenvolvimento e alívio da pobreza pelo turismo (Pérez et al., 2014); (Tomazzoni, 2007); (Gil, Oliva & Silva, 2009); (Dredge & Lohmann, 2012). A discussão sobre o turismo e os papéis assumidos por essa atividade econômica consiste, portanto, em tema relevante e que traz grandes contribuições para o fortalecimento epistemológico da área. Desde 1990 a Organização Mundial do Turismo (OMT) tem ampliado seus esforços para promover o chamado "desenvolvimento turístico sustentável", de modo a contribuir para a redução da pobreza em escala mundial (Lima, Eusébio & Amorim, 2011). Além disso, a mesma organização tem promovido várias iniciativas e programas em que o turismo se converteria em um instrumento de desenvolvimento (Pérez et al., 2014).

Considerando a abordagem inicial em torno da teoria do desenvolvimento, tendo em vista a vasta bibliografia que discute sua gênese e seus desdobramentos nas últimas décadas, o presente artigo busca (re)visitar duas das principais correntes de pensamento, chamando atenção sobre a visão em torno da pobreza e do papel do Estado frente a esse tema. Por meio de tal perspectiva, discute-se a relação entre a visão internacional que sustenta o turismo como atividade econômica capaz de reduzir a pobreza, sobretudo nos países em desenvolvimento, e os matizes teóricos que sustentam ou criticam tal afirmação. Conforme destacam (Archer, 1995); (Durbarray, 2002); (Castro, Molina & Pablo, 2013); (Fletcher & Archer, 1991); (Hall & Jenkins, 2004); (Sinclair, 1998); (Uysal & Gitelson, 1994); (West, 1993), entre outros, o turismo "é considerado uma atividade econômica com potencial para estimular o crescimento econômico global devido à sua complementaridade com outras atividades econômicas, sua contribuição para o produto interno bruto (PIB), geração de empregos e geração de moeda estrangeira etc." (Cárdenas-García; Sánchez-Rivero e Pulido-Fernández, 2015, p. 207). Da mesma forma, (Du&Lew, 2016) também afirmam que a "maioria dos estudos encontra uma associação positiva de longo prazo entre o desenvolvimento do turismo e o crescimento econômico" e citam como exemplos os estudos realizados na Grécia (Dritsakis, 2004), Itália (Massidda & Mattana, 2013), Maurícias (Durbarray, 2002), Espanha (Balaguer & Cantavella-Jorda, 2002), Taiwan (Kim, Chen & Jang, 2006), Turquia (Gunduz & Hatemi-J, 2005 e ; Ongan & Demiroz, 2005), quatro países das Ilhas do Pacífico (Narayan et al., 2010), em sete países mediterrânicos (Dritsakis, 2012), vinte e um países da América Latina (Eugenio Martín, Morales & Scarpa, 2004), cinquenta e cinco países da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e não países da OCDE (Lee & Chang, 2008) e outros cento e quarenta e quatro países (Cárdenas-García, Rivero & Fernández, 2013), (Du e Lew, 2016). Para tanto, apresenta-se a visão histórico-conceitual e as contribuições advindas das perspectivas de cunho

neoliberal e crítico sobre o tema desenvolvimento, ressaltando as principais características de cada linha. A escolha de tais abordagens, em específico, refere-se à relação que ambas possuem com o tema do desenvolvimento e a forma como influenciam a compreensão da atividade turística.

Como objetivo principal, este artigo busca evidenciar traços presentes nas linhas de compreensão do desenvolvimento ora referidas que influenciaram, direta e indiretamente, na construção de uma visão favorável/desfavorável em torno da capacidade do turismo em reduzir a pobreza. Paralelamente, o trabalho lança luz sobre a discussão em torno do turismo como agente redutor da pobreza, apontando a trajetória a qual a atividade passou nos últimos anos até se figurar como objeto de política de instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial, a ONU, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, por fim, a Organização Mundial do Turismo (OMT).

A temática pede, portanto, novas reflexões e estudos que possam contribuir para o amadurecimento de uma abordagem mais concreta e que leve em consideração a dimensão de conflito e contradição que o turismo, como atividade econômica, pode vir a desencadear em um dado território. Para isso, a elaboração do presente artigo encontra-se estruturada em duas principais frentes, a saber: a) na explanação teórica das correntes de análise do desenvolvimento, especificamente a visão neoliberal, principal modo de regulação do sistema de acumulação capitalista na perspectiva de estudiosos das escolas do pensamento econômico acerca das causas, problemas e possibilidades do desenvolvimento; e a visão crítica, ancorada, sobretudo, na perspectiva marxista e na teoria da dependência; b) na discussão sobre o rebatimento de tais teorias e suas respectivas visões sobre desenvolvimento, pobreza e o papel do Estado na construção de um argumento favorável acerca do papel do turismo nas estratégias de desenvolvimento no contexto político internacional.

2 APROXIMAÇÕES DO TEMA DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento econômico possui suas raízes históricas nas teorias organizadas inicialmente nos trabalhos de economia clássica, com grande destaque a partir de finais do século XVIII. O estudo e o debate do desenvolvimento econômico, porém, são atribuídos preponderantemente a primeira metade do século XX. Conforme já amplamente discutido na bibliografia sobre desenvolvimento, o debate acerca desse tema ganha identidade e vida própria, sobretudo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Arndt, 1987); (Allen & Thomas, 2000); (Mallorquin, 2005); (Teixeira, 2009); (Agarwala & Singh, 2010).

O objetivo principal dessa teoria era explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do trabalho e, por extensão, como isso repercute na organização da produção e na forma como o produto social é distribuído e utilizado (Furtado, 1984). A economia do desenvolvimento, por sua vez, como disciplina formalmente organizada à época, nasce, como ramo da ciência econômica "há um pouco mais de uma geração, sob o olhar distante - meio cético, meio invejoso - de um certo número de outras ciências sociais" (Hirschman, 1961, p.49). O início de seu florescimento e expansão teórica será observado durante as décadas 1940 e 1950, quando foram criados diversos conceitos e modelos essenciais que serviram a nova disciplina e alimentaram variadas controvérsias, responsáveis por uma boa parte de sua evolução.

O balanço dessa época pode ser avaliado como bem mais positivo para a economia do desenvolvimento, como disciplina teórica, do que para o objeto de suas pesquisas, isto é, o desenvolvimento econômico das regiões pobres do planeta (Hirschman, 1984). Em virtude disto, observa-se a conformação de um vasto arsenal crítico que se prestou a minar os pilares de sustentação das teorias tradicionais de desenvolvimento econômico, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX.

2.1 A perspectiva neoliberal de desenvolvimento

Na análise das correntes de pensamento que se tornaram hegemônicas, em especial a partir do final da década de 1970, e levando-se em consideração a visão específica sobre a conexão entre desenvolvimento e pobreza associada ao papel assumido pelo Estado, destaca-se o "pensamento neoliberal". Essa corrente teórica foi embasada a priori nas ideias e doutrinas contidas no Liberalismo que, em essência, defende a liberdade individual contra o poder político (Garcia, 2002). A corrente liberal perde força como doutrina

politicamente eficaz e se restringe a obra de um seleto grupo de estudiosos isolados e espalhados pelo mundo. Todavia, após a Segunda Guerra, na mesma época de surgimento da economia do desenvolvimento, o pensamento liberal recupera paulatinamente sua antiga influência.

Na visão de (Garcia, 2002), o neoliberalismo se traduz em continuação e aperfeiçoamento do antigo liberalismo, alcançando alguma expressão no campo político a partir dos anos 1980, notadamente, nas medidas tomadas pelos governos Thatcher e Reagan, que embora bastante limitadas, foram consideradas bem-sucedidas e posteriormente imitadas por todo o mundo. Há, assim, uma retomada das ideias de livre mercado, como formuladas em Adam Smith, e, juntamente a elas, as vantagens comparativas defendidas por David Ricardo são utilizadas como diretrizes para o crescimento ou desenvolvimento econômico (Faria, 2012).

Nesse sentido, é oportuno compreender a noção de Estado (mínimo) contida no pensamento neoliberal, a partir das ideias dos dois maiores expoentes desta doutrina: Friedrich Hayek com a obra "O Caminho da Servidão" (livro esse que inaugurou o pensamento neoliberal em 1944) e Milton Friedman que escreveu "Capitalismo e Liberdade" e "Liberdade de Escolher". Na contramão da concepção de Estado de bem-estar – definido como aquele que garantiria ao cidadão, enquanto um direito político, uma renda básica voltada a sua sobrevivência e assegurando sua alimentação, educação e saúde – Friedman (1977; 1980) e Hayek (1987) compreendiam que as funções do Estado deveriam se tornar menos autoritária e, sobretudo, menos paternalista. Especificamente no que tange ao pensamento de Hayek (1987), o Estado (mínimo) teria como uma das suas principais funções auxiliar na disseminação de conhecimentos e informações possibilitando maior mobilidade econômica, sem, no entanto, favorecer a centralização de poder e decisão na esfera do Estado. Dessa forma, restaria ao Estado, no entendimento destes autores, a função de zelar pelo bom funcionamento do mercado ao assegurar a ordem, por meio da elaboração de leis de proteção à propriedade privada, leis de proteção à liberdade de expressão, a manutenção dos cárceres e a defesa das fronteiras (Malaguti, 1998).

Autores como (Duménil & Levy, 2013) ponderam que o neoliberalismo pode ser compreendido como um fenômeno multifacetado, resultado de todo um conjunto de determinantes históricos convergentes, sendo difícil precisar com exatidão seu início. Por outro lado, há um claro consenso em afirmar que a corrente de pensamento neoliberal consiste em um novo estágio do capitalismo, que surge na esteira da crise estrutural da década de 1970.

Os eventos associados à crise do dólar, sobretudo no início da década de 1970, como a flutuação das taxas de câmbio ou as políticas adotadas durante as ditaduras vigentes na América Latina, representaram as primeiras manifestações advindas da "nova" sociedade e da economia do pós-guerra (Duménil & Levy, 2013). Sua ascensão e fortalecimento se deram, portanto, em paralelo a perda da importância relativa da democracia representativa e ao aumento da atenção destinada ao funcionamento livre dos mercados. Conforme ressalta (Przeworsky, 1991, p.26): "[...] o mercado aloca recursos para todos os usos mais eficientemente do que as instituições públicas. O processo democrático é defeituoso e o Estado é uma fonte de ineficiência. O Estado sequer precisa fazer qualquer coisa para que as ineficiências ocorram: basta a mera possibilidade de que possa vir a fazer qualquer coisa".

Portanto, o papel assumido pelo Estado no contexto neoliberal, marcado pela orientação a favor das privatizações e da desregulamentação dos mercados, caracterizava-se pelo caráter regulador das ações de agentes econômicos com interesses próprios específicos, no qual o espírito público era notadamente negligenciado (Przeworsky, 1991).

Por representar uma estratégia política deliberada, essa corrente surge com o objetivo de reordenar as relações entre o núcleo hegemônico do capitalismo e outros países capitalistas, no qual o paradigma ideológico, segundo (Tavares & Fiori, 1993), baseava-se no modelo anglo-saxão. De modo resumido, pode-se afirmar que o neoliberalismo, segundo (Duménil & Levy, 2013, p.18) "[...] foi instalado primeiro nos Estados Unidos e no Reino Unido no fim daquela década (1970), poucos anos depois na Europa continental e depois em todo o mundo". Sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo, com sua ênfase em mecanismos de mercado, torna-se, assim, a forma dominante de pensar o desenvolvimento (Thomas, Dailami, Dhareshwar, Kaufmann, Kishor, Lopes & Wang, 2002).

Nessa nova ordem, os problemas colocados pelo desenvolvimento, incluindo a complexidade dos fenômenos sociais, ambientais, políticos, econômicos ou mesmo culturais das últimas quase cinco décadas desde 1968, pareciam pouco relevantes, uma vez que acreditava-se que as sociedades, ao se organizarem baseadas nessa lógica, possibilitariam a seus mercados funcionarem livremente, não reprimindo a ação dos indivíduos no atendimento de seus interesses próprios e, por consequência, se alcançaria a prosperidade (Reis, 2006). As barreiras ao livre mercado, portanto, constituem a base do argumento, na perspectiva neoliberal, para explicar as diferenças entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Os principais obstáculos de entrave ao desenvolvimento, segundo a perspectiva neoliberal, consistem: na tradição relativa a continuidade dos modos de organização fora do mercado; nas empresas monopolistas (indústrias e prestadores de serviços); e ao monopólio da mão de obra, caracterizado pela regulação estatal e presença dos sindicatos (Faria, 2012). As orientações políticas visando romper os obstáculos ao desenvolvimento e superar o contexto de crise dos anos 1980, sobretudo nos países periféricos, passava necessariamente pela alçada de instituições multilaterais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A ordem neoliberal internacional ou a globalização neoliberal, conforme ressaltam (Duménil & Levy, 2013), contam com a ação dessas instituições internacionais que, via dominação econômica e política, visam extrair "excedentes" pela imposição de preços baixos aos recursos naturais e investimentos no exterior, seja em bolsa de valores ou em investimento externo direto. Cabe ressaltar que a globalização deve ser entendida como um processo que indica uma longa presença na história do capitalismo. Para tanto, deve-se atentar para a reorganização geográfica (em termos de expansão / intensificação), a qual o capitalismo se submete, como solução parcial para suas crises e seus impasses (Harvey, 2004). Nessa lógica, a globalização, por se relacionar à geografia histórica recente, corresponde a uma "nova" fase do mesmo processo intrínseco à produção capitalista do espaço.

As medidas dirigidas, em especial, aos países em desenvolvimento sob o auspicioso apelido de "Consenso de Washington", consideravam a privatização e a liberalização do comércio como fins em si mesmos e não apenas como meio para se alcançar um crescimento mais equitativo e democrático (Ugá, 2008). O rumo das políticas nesse contexto, e em virtude do crescimento significativo de alguns países em desenvolvimento na metade do século XX, é alterado por recomendação do Banco Mundial para um sentido "liberal" e de "interdependência" mundial, tendo como elemento motivador a persistência da pobreza na África subsaariana e em algumas regiões da Ásia. Como consequência, sobretudo na América Latina, onde se iniciava a conformação dos regimes de Estados de Bem-Estar, em que se estabelece, embora parcialmente, as políticas sociais universais, se observou a substituição crescente dos poucos direitos sociais conquistados pelas políticas de combate à pobreza (Druck & Filgueiras, 2007). Os resultados das reformas neoliberais, em fins do século XX, incidem diretamente na escassa fusão entre direito e cidadania e entre direito e emprego (Leguizamón, 2005).

A chamada "governabilidade neoliberal", mencionada por (Leguizamón, 2005), consiste no saber/poder, nas práticas, nas relações sociais, dispositivos de intervenção, disciplinamento e regulações, em escalas distintas, tanto em nível macro como micropolítico promovido pelos organismos de "desenvolvimento" supracitados. Nos países latinos, essa governabilidade promoveu um estado mínimo e políticas minimalistas para os mais pobres dentre os pobres (Leguizamón, 2005).

A pobreza, nesse contexto marcado pelos efeitos dos planos de ajustes e políticas neoliberais, intensifica-se e diversifica-se, gerando novas formas de exclusão. Contrariamente ao que havia pensado os desenvolvimentistas que acreditavam conter a pobreza por meio da promoção do crescimento "nacional" pela substituição de importações, incentivo a indústria pesada e pelo controle sobre os recursos energéticos, a pobreza tendeu a aumentar relativa e absolutamente (Leguizamón, 2005). Os impactos do ajuste na América Latina consistiram em um paradoxo, conforme refletiu (Arantes, 2004), a qual a renda dos trabalhadores caía, enquanto os custos de sua reprodução social aumentavam, num quadro de baixo crescimento econômico, que resultou em um contexto de instabilidade política e crise de governabilidade, a ser resolvida pela agenda internacional do desenvolvimento. Ainda que o Consenso de Washington tenha claramente falhado ao não ter êxito em concretizar sua agenda, é necessário perceber as adaptações realizadas pelos organismos internacionais ao rever suas estratégias e incorporar elementos às críticas em

sua própria justificação (Ugá, 2008). Se em um dado momento tais instituições se mostravam favoráveis à propagação da "modernidade", do ajuste estrutural e da globalização neoliberal, no momento seguinte, troca-se a tônica dialógica para a defesa da eliminação da pobreza, prevista, sobretudo, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial.

A visão referente à pobreza atribui ao crescimento econômico e ao livre mercado um papel central na criação do bem-estar e, por associação, nas medidas que levarão ao seu alívio. Na ótica neoliberal de construção de políticas públicas, a pobreza é definida em termos de falta de renda e de ativos básicos. O "combate à pobreza" assume um forte conteúdo ideológico, ocupando diversas políticas tanto em nível global quanto local, geralmente motivadas pelas instituições multilaterais de desenvolvimento. Entretanto, os resultados alcançados com tais políticas não necessariamente estavam alinhados com os objetivos, sobretudo, no que se relaciona à redução da pobreza. A expansão do turismo, enquanto "atividade econômica influencia positivamente o crescimento econômico de um país; no entanto, a questão mais importante para o país em questão é se esse crescimento econômico é capaz de pôr em andamento um processo mais geral, o desenvolvimento econômico da população" (Cárdenas-García et al, 2015, p. 207).

Nesse contexto, ganha força, conforme será apontado posteriormente, a defendida ideia do turismo como ferramenta capaz de auxiliar no esforço global em reduzir a pobreza, isto é, "o turismo pode gerar aumento e redistribuição de renda por meio da comercialização de bens e serviços consumidos por turistas" (Santos & Pereira, 2018, p. 84). A origem do discurso em favor do turismo de massa como oportunidade na luta contra a pobreza tem estreita relação com a teoria neoliberal, uma vez que, conforme já mencionado, acreditava-se ser possível uma eliminação radical da pobreza via globalização e liberalização dos mercados. "A maioria das organizações internacionais argumentou que o turismo pode ser concebido como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico em muitas regiões do mundo. Além disso, muitas contribuições da literatura econômica reconhecem o potencial do turismo nesse sentido" (Cárdenas-García et al, 2015, p. 206). Em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a associação entre projetos de turismo, desenvolvimento e combate à pobreza é citada em diversos artigos e alguns autores até a chamam da "trilogia inseparável formada pelo turismo, desenvolvimento e sustentabilidade" (Burne, Dachary & Vallarta-México, 2004, p. 161).

Concordando com (Cárdenas-García et al, 2015) é possível identificar a existência de dois pontos de vista opostos em relação à concepção do turismo como instrumento de progresso socioeconômico. Contudo, o próprio autor alerta para o perigo de uma visão radical em qualquer uma das vertentes existentes: "o turismo não é a solução mágica e automática para todos os países que buscam aumentar seus níveis de bem-estar, mas também não é verdade que o turismo seja incapaz de se tornar uma ferramenta para o progresso" (Cárdenas-García et al, 2015, p. 206).

2.2 Visão crítica de desenvolvimento

Como reação à lógica hegemônica concebida em grande parte dos projetos de desenvolvimento econômico, geralmente estabelecidos "de cima para baixo" (top-down development), sem a participação das comunidades afetadas, tomam corpo, em especial a partir da década de 1960, críticas em que autores heterodoxos e desenvolvimentistas questionam os resultados econômicos e sociais "prometidos" por meio dessas teorias e práticas elaboradas (Santos, 2005). Tais críticas, segundo (Bastos & Britto, 2010, p. 30), "foram levantadas a partir da análise de dados sobre emprego, distribuição de renda e pobreza". Questionava-se os resultados alcançados pelo desenvolvimento tendo como ponto maior de inflexão o fato de que, passados ao menos quatro décadas desde sua conformação como discurso, seus esforços não funcionaram e, ao contrário do que se imaginava, as desigualdades se agravaram.

Os programas nacionais dos países semiperiféricos e periféricos, bem como os programas de ajuda internacional, também são alvos constantes das críticas, uma vez que o objetivo principal e o *modus operandi* usual de tal estratégia consistia na aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos visando "eliminar o fosso" entre estes e os países desenvolvidos (Cypher & Dietz, 1997²

¹Cypher, J., & Dietz, J. (1997). *The Process of Economic Development*. New York: Routledge.

apud Santos, 2005). A crítica mais contundente ao desenvolvimento, nesse sentido, recai sobre a ênfase excessiva dada aos resultados macroeconômicos, que negligenciam outros objetivos, sobretudo, aqueles de cunho social, econômico e político, com destaque para "[...] a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente" (Santos, 2005, p. 45).

Dentro dessa perspectiva, visões defendidas por autores da escola do "pós-desenvolvimento" partem do pressuposto de que a ideia de desenvolvimento sempre será injusta, nunca funcionou e que, até agora, claramente falhou em seus objetivos. O "desenvolvimento", na concepção crítica formulada por estes autores, é descrito como aquela ideia que, por várias décadas, foi: "[...] como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem estas democracias ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial o desenvolvimento" (Sachs, 2000, p. 11). Mais que um simples empreendimento socioeconômico, o desenvolvimento é identificado como um mito que conforta sociedades e uma fantasia que desencadeia paixões (Sachs, 2000).

Em razão de sua forte carga ideológica utilizada para dominação dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos, acredita-se que o desenvolvimento, ou melhor, sua metáfora, segundo (Esteve, 2000, p. 63), "deu hegemonia global a uma genealogia (linhagem) da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir sua vida social". Nessa lógica, o discurso permeado pelo desenvolvimento traduz, também, a relação desigual notadamente etnocêntrica, estabelecida entre civilizadores e civilizados, em alusão a matriz ideológica marxista. As relações entre Norte e Sul passam a ser formuladas por meio desse modelo, no qual o marco de referência fundamental que resulta em uma mistura de generosidade, chantagem e opressão, característico das políticas dirigidas ao Sul, é fornecido pelo desenvolvimento.

Nesse terreno ideológico de forte rejeição à ideia representada pelo desenvolvimento econômico, a teoria do desenvolvimento alternativo ganha força por meio das propostas formuladas pelos críticos aos pressupostos e aos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais implementados na segunda metade do século XX. O surgimento e fortalecimento teóricos referentes ao desenvolvimento alternativo remontam à década de 1970, momento no qual, em todo o mundo, intelectuais, peritos em planejamento econômico e ativistas, todos de filiação crítica, começaram a elaborar reflexões e a organizar eventos que tinham por objetivo canalizar o descontentamento face à abordagem tradicional do desenvolvimento (Santos, 2005). Cumpre ressaltar que os debates sobre as "formas alternativas de desenvolvimento" se estenderam ao longo das décadas de 1980 e 1990 e, até recentemente, representou uma das principais correntes na formulação de ideias e críticas à globalização neoliberal.

Em uma linha semelhante ao "pós-desenvolvimento", o "desenvolvimento alternativo" toma como base a crítica severa à estrita racionalidade econômica que motivou o pensamento, bem como as políticas dominantes de desenvolvimento. Interessante perceber que uma das principais frentes de questionamento se relaciona ao papel da economia na sociedade, que na visão alternativa não deve ser compreendida como uma esfera independente, mas como parte integrante e dependente dessa mesma sociedade, subordinando os fins econômicos à proteção de bens e valores não econômicos (sociais, políticos, culturais e naturais). A visão sobre a promoção do desenvolvimento, deve compreender, assim, a melhora das condições de vida para a população geral e para os setores marginalizados em particular (Santos, 2005). Outras perspectivas são adicionadas ao debate e, portanto, na formulação de políticas, em especial as dimensões ambientais e humanas do desenvolvimento. Valores como igualdade e cidadania são também frequentemente mencionados como inspiração para o desenvolvimento alternativo que prioriza a inclusão de atores marginalizados na produção e no acesso aos benefícios gerados por esse processo.

De qualquer forma, o "desenvolvimento alternativo" representa uma abordagem não-convencional, sobretudo, por impor limites ao crescimento e subordiná-lo a imperativos não econômicos. Nesse sentido, a iniciativa e o poder de decisão sobre o desenvolvimento, longe de ser competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, deve ser objeto de escrutínio da sociedade civil (Friedmann, 1992); (Santos, 2005). A "escala local" é, portanto, privilegiada tanto como elemento de reflexão quanto como lócus para ação social. Nota-se também o uso de conceitos como desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento que,

passaram a representar, além da insatisfação diante dos resultados presentes na promessa do desenvolvimento, alguns dos prováveis limites que se impunham ao crescimento econômico.

É notório reconhecer que abordar o desenvolvimento significa necessariamente analisá-lo em relação ao capitalismo. Pensar em novas possibilidades de desenvolvimento remete, portanto, a relação direta com as realidades atuais do capitalismo em escala global (Allen & Thomas, 2000). Pautando-se em outras formas de organização econômica que não centradas no mercado, nem tão pouco em um regime centralizado controlado pelo Estado, ganha espaço alternativas baseadas em iniciativas coletivas, "geralmente plasmadas em empresas e organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro, a necessidade de recorrer à ajuda estatal" (Santos, 2005, p. 47). Por criticar qualquer ação que remeta ao paternalismo estatal, o desenvolvimento alternativo favorece estratégias econômicas autônomas, baseadas no empoderamento comunitário e das redes locais e solidárias de trocas.

A relação com a pobreza nessa linha de pensamento, possivelmente influenciada pela abordagem "subjéctiva" e "participativa", que rejeita a visão centrada na relação tradicional de consumo/renda, por considerá-la reducionista e alheia a complexa e diversa realidade local vivida pelos pobres, atrela seu alívio aos mecanismos de reciprocidade no interior das comunidades que, em virtude de sua precária condição socioeconômica, são impedidos de acessá-los via mercado (Santos, 2005); (Leguizamón, 2005).

A abordagem crítica, representada aqui por meio dos enfoques pós-desenvolvimentista e alternativo, claramente questiona os interesses e as ações direcionadas a promoção do desenvolvimento, assim como preconizado pelas instituições multilaterais que ganham força e legitimidade na lógica neoliberal. Contudo, algumas ideias representadas por noções supostamente críticas como de "desenvolvimento sustentável", reforçam e se fundem ao argumento principal que defende o caráter "pró-pobre" do turismo.

No quadro 1 a seguir, é possível verificar por meio da síntese de argumentos principais, o posicionamento das correntes Neoliberal e Alternativa quanto ao entendimento geral de desenvolvimento, a visão expressa sobre a pobreza e o papel do Estado para sua respectiva redução.

Quadro 1 - Correntes de desenvolvimento: compreensão geral e aspectos específicos

Corrente de desenvolvimento	Compreensão do desenvolvimento – visão geral	Visão sobre a pobreza	Papel do estado
Neoliberal	Alcançar o desenvolvimento corresponde à ideia de progresso e de crescimento econômico. Encontra-se diretamente relacionado ao livre funcionamento dos mercados.	A redução da pobreza dar-se-ia por meio da criação de bem-estar econômico via livre mercado.	Atribui-se ao Estado o papel mínimo, atuando apenas na regulação das ações dos agentes econômicos dominantes e para conformação de uma política de destituição do social.
Crítico	Em virtude dos fracassos acumulados por políticas e discursos que se valeram de sua noção hegemônica, o desenvolvimento é algo a ser superado, um mito que deve ser abandonado.	A pobreza se agrava e é produzida como fruto da relação etnocêntrica e desigual entre os países do Norte e do Sul.	A iniciativa e poder de decisão sobre o desenvolvimento não devem ser de competência exclusiva do Estado e das elites econômicas, mas objeto de escrutínio da sociedade civil.

Fonte: Elaboração própria/2018

A apresentação dos elementos característicos de cada corrente evidencia as distintas compreensões quanto aos papéis e funções atribuídas ao Estado, revelando a clara reação de antítese estabelecida. Portanto, o cerne da crítica sobre a promoção do desenvolvimento exposta no quadro 1, faz referência a busca pela melhora das condições de vida para a população geral, e para os setores marginalizados em particular (SANTOS, 2005).

3 METODOLOGIA

Como parte do percurso metodológico aqui empreendido, inicialmente foram contemplados obras e autores, sobretudo do campo da Economia e da Sociologia, que tiveram por objetivo realizar uma revisão conceitual do desenvolvimento econômico e de suas correntes de compreensão. A discussão realizada na primeira seção embasa e fornece conteúdo crítico necessário para a análise do turismo e a visão que impera sobre o seu papel em políticas de desenvolvimento e que visam reduzir a pobreza, conforme sustentada por órgãos e instituições internacionais de fomento direcionados, majoritariamente, aos países em desenvolvimento. Realizou-se pesquisas em sites da ONU/PNUD, OMT, OIT e Banco Mundial, priorizando documentos que enfatizassem o turismo como meio capaz de reduzir a pobreza. Chega-se, também, a elaboração de um quadro esquemático que busca destacar a visão sobre a pobreza e o papel desempenhado pelo turismo na ótica das quatro instituições mencionadas. Ao final, são delineados alguns apontamentos e conclusões sobre a temática que se buscou discutir.

4 O TURISMO E O SEU LUGAR NO DISCURSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em âmbito internacional, a construção da imagem do turismo como fator de desenvolvimento e política de Estado tem lugar a partir do segundo pós-guerra, marcado pela Guerra Fria, pelo processo de descolonização, a internacionalização da economia e, sobretudo, pelo surgimento do desenvolvimento como problema político, econômico e social. Nesse contexto, (Capanegra, 2014) chama atenção para o processo de fusão que se deu entre tais características externas e as condições políticas e socioeconômicas de cada nação em que o turismo foi promovido como política pública.

O processo de elevar o turismo à política de Estado, presente em diversos países subdesenvolvidos, relaciona-se ao discurso criado pelas Nações Unidas no final da década de 1960, em que se consolida a tese de que o turismo – fundamentalmente internacional – consiste em uma ferramenta que leva ao desenvolvimento, em especial, nos países em desenvolvimento. A criação e o fortalecimento de tal ideia, no âmbito dos organismos internacionais e no contexto pós-Segunda Guerra, adquire um caráter doutrinário estendido aos países subdesenvolvidos por meio da assistência técnico-financeira advindas desses mesmos organismos (Capanegra, 2014).

Nesse sentido, fica evidente que as contribuições do desenvolvimento para a redução da pobreza e a menção ao vínculo específico com o turismo tomam força, sobretudo, a partir da década de 1990. A construção do discurso "pró-pobre", isto é, a favor do turismo como agente redutor de pobreza, tem como marco inicial a mudança da política de cooperação do desenvolvimento realizada em 1997, no Reino Unido. Advindo dessa troca de direcionamento da política internacional, o órgão, então chamado "Overseas Development Administration (OSA)" é rebatizado com o nome de "Department for International Development (DFID)", adquirindo grande representatividade governamental (Goodwin, 2013). Essa troca de orientação política fez da redução da pobreza nos países em via de desenvolvimento o eixo principal de sua atenção (Goodwin, 2013). O mesmo departamento (DFID) afirmou naquele momento que seu objetivo principal era "fomentar o crescimento econômico que beneficiasse aos pobres" (DFID, 1997, p. 2). Nessa afirmação, fica clara a influência do contexto mundial e do discurso favorável a intervenção que imperava à época.

Um dos principais autores que apoiam a redução da pobreza pelo turismo, (Goodwin, 2013) admite, todavia, que os meios para se alcançar tal façanha estavam longe de serem radicais e, além disso, refletiam o consenso neoliberal que dominava a política de comércio e desenvolvimento econômico desde a década de 1980. O autor reconhece que a concentração do governo britânico na redução da pobreza como elemento chave de sua política de desenvolvimento era reflexo do crescente interesse internacional nesse tema, do que simplesmente no crescimento econômico. A escalada gradativa desse interesse e a conformação de um discurso a seu favor em âmbito internacional assume, na década de 1990, uma posição central nos programas de ajuda bilateral e multilateral entre os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Especificamente em 1998, o departamento de Meio Ambiente, Transporte e Regiões do governo britânico, juntamente com a agência de cooperação do Reino Unido (DFID), encomenda a elaboração de um documento, via empresas como a Deloitte and Touche e Overseas Development Institute (ODI), cujo tema era o Turismo Sustentável e a Eliminação da Pobreza (Faria, 2012); (Goodwin, 2013). O documento foi

elaborado como uma demanda da Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD7), no intuito de facilitar a consulta dos agentes envolvidos na construção da política britânica sobre turismo sustentável e eliminação de pobreza (Goodwin, 1998; 2013). Ou seja, buscava-se, segundo (Faria, 2012, p. 58), "[...] investigar o alcance do turismo internacional, originário do Reino Unido, no alívio da pobreza nos destinos turísticos visitados". O que estava em questão era como propiciar a inclusão dos objetivos de eliminação da pobreza por parte da promoção e incremento do turismo mundial, o que propicia o surgimento do termo Pro-Poor Tourism (PPT) ou Turismo Pró-pobre (TPP), no Centro Internacional para o Turismo Responsável. Essa nova orientação, que almejava a colocação da "pobreza no centro da agenda do turismo", culmina na criação, em 1999, da Associação do Turismo Pró-Pobre (Pro-Poor Tourism Partnership), que possui como membros fundadores, Caroline Ashley e Harold Goodwin (Ashley & Goodwin, 2007).

Um dos principais argumentos utilizados para fortalecer esta visão refere-se à máxima de que no turismo, diferente de grande parte das atividades econômicas atuais, há o deslocamento do turista (consumidor) para "consumir" o produto diretamente em seu ponto de produção (destino turístico) (Ashley, Boyd & Goodwin, 2000); (Goodwin, 2013). Seria, portanto, no nível do destino que as oportunidades deveriam ser maximizadas para que a população local usufruísse dos benefícios gerados e, assim, o turismo, entendido como uma "indústria de exportação", segundo (Goodwin, 2013), contribuiria para redução da pobreza.

A receita utilizada, de forma geral, seria ampliar os impactos econômicos do turismo na esfera local, ao mesmo tempo em que se atenuasse, na mesma medida, os impactos negativos, sejam eles sociais, culturais e ambientais, gerados pela exploração da atividade. Os princípios e orientações que visam especificamente a ampliação dos impactos econômicos na escala local, na visão dos autores que defendem a redução da pobreza pelo turismo, encontram-se associados com o enfoque do Turismo Pró-Pobre, supostamente destinado a contemplar a parcela da população que mais deveria se beneficiar da atividade. Como fator de desenvolvimento econômico, o turismo pode gerar aumento e redistribuição de renda por meio da comercialização de bens e serviços consumidos por turistas (Santos & Pereira, 2018).

Essa perspectiva para o desenvolvimento do turismo é conceituada como aquela que hipoteticamente resultaria em maiores benefícios líquidos para os pobres. Os autores que defendem essa ideia deixam claro que o TPP não é um setor de produtos ou uma tipologia turística, mas uma abordagem para o desenvolvimento do turismo e sua gestão (Ashley et al., 2000). Autores como (Fennell, 2006) e (Maranhão & Azevedo, 2011) acreditam que o TPP surge como uma proposta diferente das demais formas de turismo sustentável e alternativo, uma vez que possui foco voltado para a atividade desenvolvida no Hemisfério Sul e no modo de olhar a pobreza enquanto problema social. Como fator de desenvolvimento social, a atividade turística pode contribuir com o aumento de empregos diretos e indiretos, mantendo a proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural e ambiental (Silveira³, 2008⁴ *apud* Santos & Pereira, 2018, p. 84).

Já (Ashley et al., 2000, p.1), ao discorrer sobre o contexto de surgimento do conceito, afirmam que "desde meados de 1980, tem crescido o interesse no turismo 'verde', ecoturismo e turismo de base comunitária, por parte das agências que planejam o turismo no âmbito dos governos". A contribuição do turismo em aliviar a pobreza, segundo os autores que defendem essa abordagem, independe da tipologia de turismo e, na verdade, deveria ser associada a qualquer iniciativa de promoção turística. Não se deve, todavia, perder de vista os impactos negativos da atividade, como por exemplo, o fato de que a inserção do turismo internacional em regiões periféricas tem, sobretudo, um efeito desestabilizador e de desestruturação das economias preexistentes (Ouriques, 2012).

Complementarmente, cita-se a análise realizada por (Faria & Hidalgo, 2013) ao mencionar as possibilidades de como o turismo poderia atuar em favor dos pobres. A primeira delas indica que toda ação que beneficia os pobres é positiva, ainda que possa aumentar a desigualdade. Para esses autores, a visão defendida por (Goodwin, 2013), em virtude de algumas contradições que suscita, sobretudo, do ponto de vista da justiça distributiva, é, portanto, inoportuna tendo em vista o contexto atual em que se aprofundam as desigualdades (Faria&Hidalgo, 2013). A segunda possibilidade, em linhas gerais, sinaliza que as medidas a favor dos

² SILVEIRA, G. T. Turismo em Cidades Históricas: Emprego e Renda em Tiradentes/MG. In.: V SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.

pobres devem ser distribuídas de forma igualitária contribuindo para a redução de pobreza em escala global. Cabe notar que mesmo desaparecendo as inconsistências da primeira abordagem, é necessário, conforme destacam (Faria & Hidalgo, 2013), uma política fortemente favorável aos processos redistributivos, além de uma minuciosa análise dos impactos negativos, algo que não consiste em uma tarefa muito simples.

Dado o contexto de construção da abordagem oferecida pelo TPP, a Organização Mundial do Turismo (OMT), tendo em vista os 8 Objetivos do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU, cria o programa denominado Turismo Sustentável para Eliminação da Pobreza(ST-EP). O programa tem por finalidade fortalecer ações precedentes da OMT dirigidas para o fomento do turismo sustentável "[...] do ponto de vista social, econômico e ecológico, a partir de atividades focadas especificamente na redução da pobreza, que estimulem o desenvolvimento e consigam postos de trabalho para os que vivem com menos de um dólar por dia" (OMT, 2008, p. 6). A visão defendida pela OMT, e replicada em políticas que utilizam o turismo como vetor no combate à pobreza, coloca ênfase, especialmente, na inclusão pelo trabalho de parcelas da população até então excluídas social e economicamente. Com um posicionamento semelhante, o Banco Mundial defende a capacidade do turismo, sobretudo em regiões pobres, de gerar empregos e aumentar a inserção das famílias excluídas do mercado de trabalho, em particular para mulheres e jovens ao propiciar a formação de uma mão de obra qualificada que atue em sua cadeia.

Em estudo intitulado *Manual para a Redução da Pobreza por meio do Turismo*, publicado no ano de 2011 e encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é ressaltada a importância do turismo na geração de empregos e redução da pobreza nas zonas rurais dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (PMD). (Boisier, 1996) destaca que desenvolvimento regional resulta de "um processo de mudança sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela" (Boisier, 1996, p. 33).

O próprio estudo, por outro lado, pondera que embora o turismo gere empregos e contribua significativamente para o crescimento econômico, ele não constitui uma fórmula automática para a redução da pobreza. O mesmo manual demanda que os países em desenvolvimento devem enfatizar o setor nos seus Documentos de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP). Ao mesmo tempo, as instituições financeiras devem reconhecer o impacto do turismo nas suas estratégias de apoio, o que exige, para tanto, o envolvimento de todas as partes interessadas por meio de um intenso diálogo social. Portanto, novamente destaca-se a dependência da vontade política por parte do Estado para propiciar a efetividade de tais recomendações, tendo em vista seu papel na estrutura responsável pela produção/reprodução e redução de pobreza.

Além disso, é necessário, de acordo com (Sen, 2010), refletir acerca do que seria o mercado e o que representaria ter ou não acesso a ele. É importante conceituar e caracterizar melhor esse elemento, lembrando, segundo (Cimadamore, 2007), que o Estado (e seus agentes) consistiriam no principal mecanismo limitador da geração de pobreza e iniquidade que fomentam os mercados sem regulação. Fica claro, portanto, que o pensamento do grupo "pro-pobre" tem, desde então, influenciado instituições no desenho de políticas para o turismo, com destaque especial para a OMT e a Organização Internacional do Trabalho - OIT (ver quadro 2). Contudo, vale lembrar que esse movimento se associa a um esforço global para encontrar propostas alternativas visando à erradicação da pobreza.

Segundo o quadro 2, observa-se como objetivo principal e de forma direta a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas pelos programas que visam inclusão produtiva por meio da geração de renda e emprego que o turismo gera. Segundo o Manual da (OIT, 2011), o turismo é apontado como responsável por três tipos de impactos sobre as pessoas afetadas pela pobreza: a) geração de renda; b) desenvolvimento de economias locais/rurais e dos meios de vida das pessoas; e c) impacto sobre o ambiente natural e cultural no qual vivem. Outro aspecto observado e que merece maior atenção são as diferentes percepções quanto ao uso do turismo para auxiliar no alívio da pobreza, sendo que o foco se encontra na geração de renda e emprego sem, contudo, se atentar para a qualidade do emprego gerado. Nesse sentido, (Ouriques, 2012) aponta que a tônica geral das atividades do turismo na periferia do capitalismo é baixa remuneração. Cumpre ponderar, portanto, com base nas palavras de (Demo, 2003), que a visão sobre pobreza utilizada em programas do governo possui um interesse oculto, com o intuito de promover políticas assistenciais unicamente voltadas para benefícios materiais, reduzindo-se, em geral, a transferência de renda.

Quadro 2 - A pobreza, suas causas e o papel do turismo para sua redução

	Banco Mundial	PNUD	OIT	OMT
Temática central	"Luta contra a pobreza"	"Desenvolvimento humano"	"Trabalho decente e produtivo"	"Turismo sustentável e eliminação da pobreza"
Pobreza	Definição monetária (linha de pobreza) (1990) e "pobreza multidimensional" (2000)	"Pobreza humana" privação de capacidades humanas	Trabalhador pobre	Pessoas desfavorecidas sem oportunidades de trabalho
Causas da pobreza	Falta de recursos ("ativos") e de oportunidades e, ainda, limitações geradas pelas instituições (ambas em termos de limitação das "capacidades").	Má governança, falta de oportunidades e fatores pessoais (tais como as variações no modo de conversão de recursos em capacidades)	Falta de trabalho decente	Falta de iniciativas que insiram os pobres na cadeia produtiva (do turismo)
Papel do turismo para reduzir a pobreza	Priorizar ações baseadas na parceria entre os setores público e privado, estimular o empreendedorismo e o apoio efetivo a micro e pequenas empresas que atuam no setor.	Integrar os pobres nas atividades turísticas, por meio da geração de empregos e oportunidades empresariais.	Gerar emprego, empoderar as mulheres, promover a sustentabilidade ambiental. (ODM)	Gerar emprego e impulsionar a integração dos pobres via criação de oportunidades acessíveis.

Fonte: Adaptado de (Ugá, 2008)

5 CONCLUSÃO

A reflexão aqui apresentada buscou trazer as principais evidências teóricas e empíricas que culminaram na construção de uma visão favorável a capacidade do turismo em reduzir a pobreza. Para isso, foi realizada uma breve discussão em torno de duas correntes de pensamento sobre o desenvolvimento econômico, a saber: a perspectiva neoliberal e a visão crítica do desenvolvimento, apontando as características principais que contribuem para a compreensão do tema.

A corrente neoliberal, modelo que se adequa ao contexto de criação do discurso "pro-pobre" por parte do turismo, deixa claro o posicionamento favorável ao mercado e um distanciamento de medidas que anteriormente, ainda que minimamente, garantiam alguns direitos sociais. O papel das instituições multilaterais de desenvolvimento, nesse contexto, é fortalecido e o lema da redução da pobreza como objetivo de alcance mundial se populariza, mesmo que as condições gerais, no que se refere à desigualdade social e a pobreza extrema, pouco tenham se alterado.

O turismo como atividade de relevância econômica global desponta como mecanismo capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico e contribuir para o alívio da pobreza, sobretudo, nos países em desenvolvimento, visão essa que se amplia dentro da lógica neoliberal. Em contrapartida, entretanto, apresentou-se a linha crítica de compreensão do desenvolvimento, na qual buscou questionar o paradigma neoliberal e compreender qual o papel do Estado em detrimento da lógica de mercado. Ainda que as concepções críticas em torno do desenvolvimento possam diferir quanto à compreensão do próprio desenvolvimento, isto é, se algo a ser superado, como na ótica pós-desenvolvimentista, ou que carece de reformulações e adaptações, como na linha alternativa, todas elas visam questionar os limites do desenvolvimento econômico e evidenciar suas limitações na luta contra a pobreza e as desigualdades entre países desenvolvidos e atrasados.

Por meio da visão crítica buscou-se chamar atenção para algumas fragilidades presentes na perspectiva neoliberal e que propiciou a conformação de um discurso favorável ao turismo como ferramenta capaz de gerar desenvolvimento, e por consequência, reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento. Destacou-se ainda, através da consulta a documentos elaborados e veiculados por instituições multilaterais de desenvolvimento, como a pobreza e o papel do turismo eram abordados. Apesar de ligeiras diferenças,

observa-se que a tônica geral do discurso elaborado por essas instituições reside na geração de emprego e renda pelo turismo como o principal recurso capaz de contribuir com o alívio da pobreza. Os estudos e autores que corroboram com essa abordagem, e que reforçam essa suposta capacidade do turismo, pouco questionam, por outro lado, sobre a gênese e o embasamento que sustentam essa visão e mesmo na comprovação empírica de tais efeitos, não se questionando, também, o tipo de emprego gerado e a distribuição da renda associada à atividade.

Acredita-se, assim, que muito além da simples reprodução de um discurso alinhado com as recomendações promovidas pelos organismos internacionais (BM; ONU; OMT etc), é primordial compreender os mecanismos de produção e reprodução de pobreza, bem como sua construção social atual, para assim, checar suas limitações e quem sabe, indicar prováveis soluções.

REFERÊNCIAS

- Agarwala, A. N., & Singh, S. P. (Org.). (2010). *A economia do subdesenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Allen, T., & Thomas, A. (2000). *Poverty and Development into the 21st Century*. Oxford: The Open University.
- Arantes, P. (2004). *Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Archer, B. (1995). Importance of Tourism for the Economy of Bermuda. *Annals of Tourism Research*, 22(4)918-30. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00018-1](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00018-1)
- Arndt, H. W. (1987). Economic Development: A Semantic History. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, 29(3), 457-466. <https://doi.org/10.1086/451266>
- Ashley, C.; Boyd, C.; & Goodwin, H. (2000). Pro-poor Tourism: Putting Poverty at the Heart of the Tourism Agenda. *Natural Resource Perspectives*, London, 51, 1-6.
- Ashley, C., & Goodwin, H. (2007). *Turismo pro-pobre: ¿Qué ha ido bien y qué há ido mal?* El Salvador: Overseas Development Institute, 80-81.
- Balaguer, J., & M. Cantavella-Jorda. (2002). *Tourism as a Long Run Economic Growth Factor: The Spanish Case*. *Applied Economics*, 34, 877-84. <https://doi.org/10.1080/00036840110058923>
- Baldwin, R.E., & Meier, G.M. (1968). *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Mestre Jou.
- Bastos, C. P., & Britto, G. (2010). Introdução. In: Agarwala, A. N., & Singh, S. P. (Org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 7-41.
- Becker, G. S., & Stigler, G. J. (1974). Law enforcement, malfeasance, and compensation of enforcers. *The Journal of Legal Studies*, 3(1), p. 1-18. <https://doi.org/10.1086/467507>
- Boisier, S. (1996). *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. IPEA - Planejamento e políticas públicas, n. 13, 111-147
- Brasil. Ministério do Turismo. (2005) *Turismo sustentável e alívio à pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas*. Brasília, 2005. 24 p. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/Br/ministério/documentos/normas.cfm>>. Acesso em 22 jul. 2015.
- Burne, S.M.A., Dachary, A.C., & Vallarta-México, P. (2004). Sustentabilidad, pobreza y turismo ¿Oportunidad o necesidad?. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 13, 160-173.
- Cárdenas-García, P.J., Sánchez-Rivero, M., & Pulido-Fernández, J.I. (2015). Does tourism growth influence economic development? *Journal of Travel Research*, 54(2), 206-221. <https://doi.org/10.1177/0047287513514297>
- Capanegra, C. A. (2014). Política Turística Argentina (1956-1976): de la agenda social a la agenda económica. In: *VI Congresso Latinoamericano de Investigación Turística, Neuquén*. Disponível em: <<http://170.210.83.98:8080/jspui/bitstream/123456789/510/1/126%20Capanegra.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- Castro, M., Molina, J. A. & Pablo, M. P. (2013). Tourism and GDP. A Meta-analysis of Panel Data Studies. *Journal of Travel Research*, 52 (6), 745-58. <https://doi.org/10.1177/0047287513478500>

- Cimadamore, A. D. (2007). As políticas de produção de pobreza: construindo enfoques teóricos integrados. In: Cimadamore, A. D., & Cattani, A. D. (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial; CLACSO, 15-36.
- Demo, P. (2003). *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis: Vozes.
- DFID. (1997). *White Paper Eliminating World Poverty: A Challenge for the 21st century*. London: HMSO.
- Dredge, D., & Lohmann, G. (2012). *Tourism in Brazil: Environment, management and segments*. Routledge.
- Dritsakis, N. (2004). Tourism as a Long-Run Economic Growth Factor: An Empirical Investigation for Greece Using Causality Analysis. *Tourism Economics*, 10 (3), p. 305-16. <https://doi.org/10.5367/0000000041895094>
- Dritsakis, N. (2012). Tourism Development and Economic Growth in Seven Mediterranean Countries: A Panel Data Approach. *Tourism Economics*, 18 (4), 801-16. <https://doi.org/10.5367/te.2012.0140>
- Druck, G., & Filgueiras, L. (2007) Política social focalizada e o ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. *Katalysis*, Florianópolis, 10(1), 24-34. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000100004>
- Du, D., & Lew, A.A. (2016). Tourism and economic growth. *Journal of Travel Research*, 55(4), 454-464. <https://doi.org/10.1177/0047287514563167>
- Duménil, G., & Lévy, D. (2013). *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. <https://doi.org/10.4159/harvard.9780674059306>
- Durbarray, R. (2002). The Economic Contribution of Tourism in Mauritius. *Annals of Tourism Research*, 29 (3), 862-65. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(02\)00008-7](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(02)00008-7)
- Esteva, G. (2000). Desenvolvimento. In: Sachs, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 59-83.
- Eugenio-Martin, J. L., Morales, N. M. & Scarpa, R. (2004). *Tourism and Economic Growth in Latin American Countries: A Panel Data Approach*. FEEM Working Paper No. 26, Social Science Research Network. <http://ssrn.com/abstract=504482> (accessed October 27, 2012).
- Faria, D. M. C. P. (2012). *Análisis de la capacidad del turismo en el desarrollo económico regional: el caso de Inhotim y Brumadinho*. Tese (doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Faria, D. M. C. P., & Hidalgo, M. M. (2013). Turismo y alivio de la pobreza: fundamentos teóricos y evidencias empíricas. In: Gascón, J., Pérez, S. M., & Tresserras, J. (Org.). *Cooperación en turismo. Nuevos desafíos, nuevos debates*. Barcelona: Foro de Turismo Responsable – Xarxa de Consum Solidari; COODTUR; Universitat Oberta de Catalunya, p. 407-427.
- Fennell, D. A. (2006). *Tourism Ethics*. Clevedon: Channell View.
- Fletcher, J., & Archer, B. (1991). The Development and Application of Multiplier Analysis. In: *Progress in Tourism, Recreation and Hospitality Management*, Vol. 1, edited by Chris Cooper. London: Belhaven, 28-47.
- Friedman, M. (1977). *Capitalismo e liberdade*. [sol.]: Arte nova.
- Friedman, M., & Friedman, R. (1980). *Liberdade de Escolher: o novo Liberalismo Econômico*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Record, p. 152.
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment. The Politics of Alternative Development*. Cambridge: Blackwell.
- Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional.
- Furtado, C. (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Garcia, A. (2002). *O mal é o que sai da boca do intelectual de esquerda*. Disponível em: <<http://www.olavo-decarvalho.org/convidados/0153.htm>>. Acesso em: 9 jun. 2015.
- Gil, A.C., Oliva, E.C., & Silva, E.C. (2009). Turismo e regionalidade. *Turismo, Visão e Ação*, 11(1), 92-111.
- Goodwin, H. (1998). *Sustainable Tourism and Poverty Elimination*. DFID/ Department for the Environment, Transport and the Regions. Disponível em: <www.haroldgoodwin.info/resources/dfidpaper.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

- Goodwin, H. (2013). Turismo y reducción de la pobreza. In: Gascón, J., Pérez, S. M. & Tresserras, J. (Org.). *Cooperación en turismo. Nuevos desafíos, nuevos debates*. Barcelona: Foro de Turismo Responsable – Xarxa de Consum Solidari; COODTUR; Universitat Oberta de Catalunya, 387-405.
- Gunduz, L., & Hatemi-J., A. (2005). *Is the Tourism-Led Growth Hypothesis Valid for Turkey?* Applied Economics Letters, 499-504. <https://doi.org/10.1080/13504850500109865>
- Hall, C. M., & Jenkins, J. (2004) Tourism and Public Policy. In: Lew, A., Hall, C. M., & Williams, A. (Ed.). *A companion to tourism*. Oxford: Blackwell, 425-540. <https://doi.org/10.1002/9780470752272.ch42>
- Harvey, D. (2004) *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hayek, F. A. (1987). *O caminho da servidão*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, p.91.
- Hirschman, A. O. (1961). *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Hirschman, A. O. (1984). *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, p.133.
- Kim, H. J., Chen, M. H., & Jang, S. C. (2006). Tourism Expansion and Economic Development: The Case of Taiwan. *Tourism Management*, 27, 925-93. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.05.011>
- Lee, C. C., & Chang, C. P. (2008). Tourism Development and Economic Growth: A Closer Look at Panels. *Tourism Management*, 29 (1), 180-92. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.02.013>
- Leguizamón, S. A. (Comp.). (2005). *Trabajo y producción de la pobreza em Latino-américa y el Caribe: estructura, discurso y actores*. Buenos Aires: CLACSO.
- Lima, J., Eusébio, C., & Amorim, C. (2011). Combate à exclusão social através de programas de turismo social para famílias economicamente carenciadas. In: *Proceedings of the 1st International Conference on Tourism & Management Studies*. Algarve, 639-653.
- Malaguti, M. L. (1998). Smith e Hayek, irmandados na defesa das regras do jogo. In: Malaguti, M. L., Carcanholo, R. & Carcanholo, M. D. (orgs). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, p. 59.
- Mallorquin, C. (2005). *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto.
- Mankiw, N. G., Phelps, E. S., & Romer, P. M. (1995). *The growth of nations. Brookings papers on economic activity*, 1, 275-326. <https://doi.org/10.2307/2534576>
- Maranhão, C. H., & Azevedo, F. F. (2011). O uso de princípios de turismo pró-pobre como alternativa para políticas que visam ao desenvolvimento local no Rio Grande do Norte. *Carpe Diem – Revista Cultural e Científica da FACEX*, Natal, 9(9).
- Massidda, C., & Mattana, P. (2013). A SVECM Analysis of the Relationship between International Tourism Arrivals, GDP and Trade in Italy. *Journal of Travel Research*, 52, 93-105. <https://doi.org/10.1177/0047287512457262>
- Narayan, P. K., Narayan, S., Prasad, A., & Prasad, B. C. (2010). Tourism and Economic Growth: A Panel Data Analysis for Pacific Island Countries. *Tourism Economics*, 16 (1), 169-83. <https://doi.org/10.5367/000000010790872006>
- Ongan, S., & Demiroz, D. M. (2005). The Contribution of Tourism to the Long-Run Turkish Economic Growth. *Ekonomicky Casopis. Journal of Economics*, 53, 880-94.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2011). *Manual para a Redução da Pobreza por meio do Turismo*. Geneva.
- Organização Mundial do Turismo (OMT). (2008). *Programa ST-EP Turismo Sustentável – Eliminação da pobreza*. Madrid. Disponível em: <http://www.unwto.org/step/pub/en/pdf/step_prog.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.
- Ouriques, H. R. (2012). O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 34, 147-157. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i2.17005>
- Pérez, F. J. G., Medina-Muñoz, D. R., & Medina-Muñoz, R. D. (2014). Turismo y alivio de la pobreza: una revisión de la literatura académica. *Tourism & Management Studies*, 10(2), 104-115.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Przeworsky, A. (1991). *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- Reis, M. C. (2006). *Desenvolvimento local e espaços sociais ampliados*. 161 f. Tese (doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Sachs, W. (2000). Introdução. In: Sachs, W. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Vozes, Petrópolis 11-17.
- Santos, B.S. (2005). *Produzir para viver*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, T. S., & Pereira, R. S. (2018). Governança do Turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional? *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(2), 83-111. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i2.1415>
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sinclair, M. T. (1998) *Tourism and Economic Development: A Survey*. *Journal of Development Studies*, 34 (5): 1-51. <https://doi.org/10.1080/00220389808422535>
- Tavares, M.C., & Fiori, J.L. (1993). *Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Teixeira, A. (2009). Desenvolvimento econômico: a arqueologia do debate e a contribuição original de Celso Furtado. In: *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Ipea, p.71-92.
- Thomas, V., Dailami, M., Dhareshwar, A., Kaufmann, D., Kishor, N., Lopes, R., & Wang, Y. (2002). *A qualidade do crescimento*. São Paulo: Editora UNESP.
- Tomazzoni, E.L. (2007). *Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul-Brasil)*. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ugá, V. D. (2008). *A questão social como "pobreza": crítica à conceituação neoliberal*. Tese (doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ/CIÊNCIA POLÍTICA, Rio de Janeiro.
- Uysal, M., & Gitelson, R. (1994). Assessment of Economic Impacts: Festivals and Special Events. *Festival Management and Event Tourism*, 2(1), p. 3-10. <https://doi.org/10.3727/106527094792335791>
- West, G. R. (1993). Economic Significance of Tourism in Queensland. *Annals of Tourism Research*, 20 (3), 490-504. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(93\)90005-N](https://doi.org/10.1016/0160-7383(93)90005-N)

Informações dos autores

Guilherme Augusto Pereira Malta

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado e doutorado em Geografia pelo IGC/UFMG. É professor adjunto I do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Contribuições: Pesquisa bibliográfica sobre economia, desenvolvimento e neoliberalismo. Todos os autores participaram da formulação da introdução, metodologia, considerações finais e revisão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8778-7763>

Email: guilherme.malta@gmail.com

Solano de Souza Braga

Bacharel em Turismo pelo IGC-UFMG (2006), Licenciado em Turismo e Hospitalidade pelo Programa de Formação Pedagógica de Docentes do CEFET-MG (2008), Licenciado em Geografia, UNIVERSO (2014), Mestrado em Geografia, IGC-UFMG (2011), Doutorando em desenvolvimento e meio ambiente PRODEMA / UFPI. Professor assistente do Curso de Turismo Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba, PI).

Contribuições: Pesquisa bibliográfica sobre turismo e desenvolvimento. Todos os autores participaram da formulação da introdução, metodologia, considerações finais e revisão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6231-4756>

Email: solanobraga@yahoo.com.br

Maria Flávia Pires Barbosa

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado e doutorado em Geografia pelo IGC/UFMG. Analista de Turismo na Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

Contribuições: Pesquisa bibliográfica sobre neoliberalismo e a visão crítica de desenvolvimento. Todos os autores participaram da formulação da introdução, metodologia, considerações finais e revisão.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1421-4512>

Email: pires_flavia@yahoo.com.br